



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA**  
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas  
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica n. 10/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

Brasília, 30 de abril de 2021.

**1. ASSUNTO**

1. Recomendação n. **848341** do Relatório de Avaliação CGU sobre a Atuação das instituições federais na governança do SINGREH resultante da Auditoria CGU n. 201801553.

**2. REFERÊNCIAS**

2. São documentos de referência:

- a) Relatório de Auditoria CGU n. 201801553 (1983341);
- b) Recomendação sobre a Tarefa n. 848341 (1983348);
- c) Despacho CGRH/DRHB/SNSH (2903905).

**3. SUMÁRIO EXECUTIVO**

3. A Controladoria-Geral da União (CGU) emitiu o Relatório de Auditoria n. 201801553 (1983341) com a Recomendação (1983348) sobre a Tarefa n. 848341 direcionada à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH):

Recomendar à Secretaria Executiva do CNRH que **elabore e implemente um plano de ação** para a **melhoria dos processos de elaboração das deliberações** do Conselho, adotando **boas práticas regulatórias**, e de **divulgação de informações por meio da transparência ativa**. (grifos nossos)

4. Esta Nota Técnica apresenta os principais pontos do Relatório de Auditoria n. 201801553 (1983341) e **propõe um Plano de Ação** para atender à Recomendação (1983348) sobre a Tarefa n. 848341.

**4. ANÁLISE**

5. No Relatório de Auditoria n. 201801553 (1983341), a CGU partiu da seguinte questão de Auditoria (1983341, fls. 06):

Em que medida os órgãos responsáveis pela condução da Política Nacional de Recursos Hídricos no nível federal têm contribuído para a coordenação da gestão integrada das águas e prevenção dos conflitos relativos aos recursos hídricos?

6. No seu esforço de auditoria, chegou aos seguintes achados:

- Fragilidades na estrutura de governança do CNRH,
- Fragilidades na transferência de dados dos sistemas de informações,
- Fragilidades no acompanhamento e monitoramento do PNRH.

7. Em consequência, emitiu as seguintes quatro recomendações (1983341, fls. 45):

1 - Recomendar à SNSH/MDR que dote a Secretaria Executiva do CNRH de estrutura física e financeira para apoiar o Conselho no exercício de sua missão institucional.

Recomendação **848340** - considerada implementada (2780511) pela equipe de auditoria da CGU, conforme já informado pelo Sr. Diretor do DRHB no Despacho 2781584.

2- **Recomendar à Secretaria Executiva do CNRH que elabore e implemente um plano de ação para a melhoria dos processos de elaboração das deliberações do Conselho, adotando boas práticas regulatórias, e de divulgação de informações por meio da transparência ativa.**

Recomendação **848341** - Enviada atualização do andamento pelo Despacho SNSH 3096862.

I - Transparência ativa - a nova página do CNRH foi lançada em 17.03.2021 e as informações estão sendo transpostas do antigo ambiente para novo endereço, mais claro e em conformidade com os padrões do Governo Federal;

II - Boas práticas regulatórias - foram inseridas ações de capacitação em Análise de Impacto Regulatório no Plano de Anual de Capacitação do MDR para o exercício de 2021;

III - Melhoria do processo deliberativo - a Secretaria-Executiva divulgou aos membros temas estratégicos do Governo Federal para o CNRH no final de 2020 e promoveu consulta aos membros sobre suas prioridades para o biênio 2021-2022, tendo recebido 71 propostas agregadas em 21 temas;

3 - Recomendar à Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS/ANA que, em articulação com outros setores da Agência, apresente proposta para a expansão do Projeto de Aperfeiçoamento de Ferramentas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, bem como a submeta à apreciação da Diretoria Colegiada, a fim de promover melhorias nos sistemas estaduais de informações de recursos hídricos.

Recomendação atinente à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

4 - Recomendar à Secretaria Executiva do CNRH que, em conjunto com a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação, implemente instrumentos que possibilitem o efetivo monitoramento e avaliação dos resultados do PNRH, considerando os indicadores propostos nas metas da Resolução CNRH nº 181/2016.

Recomendação **848342** - considerada implementada (3012548) pela equipe de auditoria da CGU, conforme já informado pelo Sr. Diretor do DRHB no Despacho 3012936.

8. No que se refere à Recomendação **848341**, cumpre esclarecer que o Decreto n. 10.000, de 03 de setembro de 2019, em seu Art. 4º, define que o Departamento de Recursos Hídricos e de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRHB) da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) exerce a Secretaria-Executiva do CNRH. Cabe detalhar as medidas empreendidas ou em andamento referenciando-as aos respectivos processos.

### I. Transparência Ativa

9. O processo 59000.008451/2020-90 trata de solicitação da Secretaria-Executiva do CNRH para apoio à atualização da página da internet do Conselho conforme os padrões do Governo Federal. O processo não prosperou nos moldes originalmente propostos por incompatibilidades tecnológicas da plataforma original com os novos padrões. A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do MDR envolveu-se no esforço e apoiou o desenvolvimento da nova página nos padrões do Poder Executivo Federal, tendo-se adotado a estratégia de (i) alimentar gradativamente o conteúdo desde a reforma administrativa de 2019; (ii) incluir na nova página *links* para os conteúdos anteriores no endereço antigo do Conselho (<https://cnrh.mdr.gov.br/>); (iii) alimentar o conteúdo anterior à reforma administrativa no novo endereço. Nesse sentido, o novo endereço é: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh>. A expectativa é que o novo endereço esteja totalmente atualizado em março de 2022.

10. Ainda no tópico de transparência ativa, o MDR, por meio do processo 59000.004561/2021-63, está procurando viabilizar a consolidação das Deliberações do Conselho, inclusive para atender plenamente ao Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019, que exige tal procedimento.

### II. Boas práticas regulatórias

11. A CGRH, no processo 59000.000281/2021-86, documento 3037368, solicitou 6 vagas para **Curso Aplicado em Análise de Impacto Regulatório (AIR)** a ser incluído no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do MDR.

12. A Escola de Governo (ENAP) tem em seu catálogo os seguintes cursos relativos a Análise de Impacto Regulatório:

- a) **Análise de Impacto Regulatório: Conceitos Fundamentais:** inscrições a qualquer data, curso virtual, 10h, <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/357>
- b) **Análise de Impacto Regulatório - Conceitos Básicos:** inscrições não-abertas, curso a distância, 30h, <https://suap.enap.gov.br/portaldosaluno/curso/907/>;
- c) **Métodos de Análise do Impacto Regulatório:** inscrições não-abertas, curso a distância, 30h, <https://suap.enap.gov.br/portaldosaluno/curso/1004/>;
- d) **Curso Aplicado em Análise de Impacto Regulatório (AIR):** inscrições não-abertas, curso a distância, 40h, <https://suap.enap.gov.br/portaldosaluno/curso/1086/>.

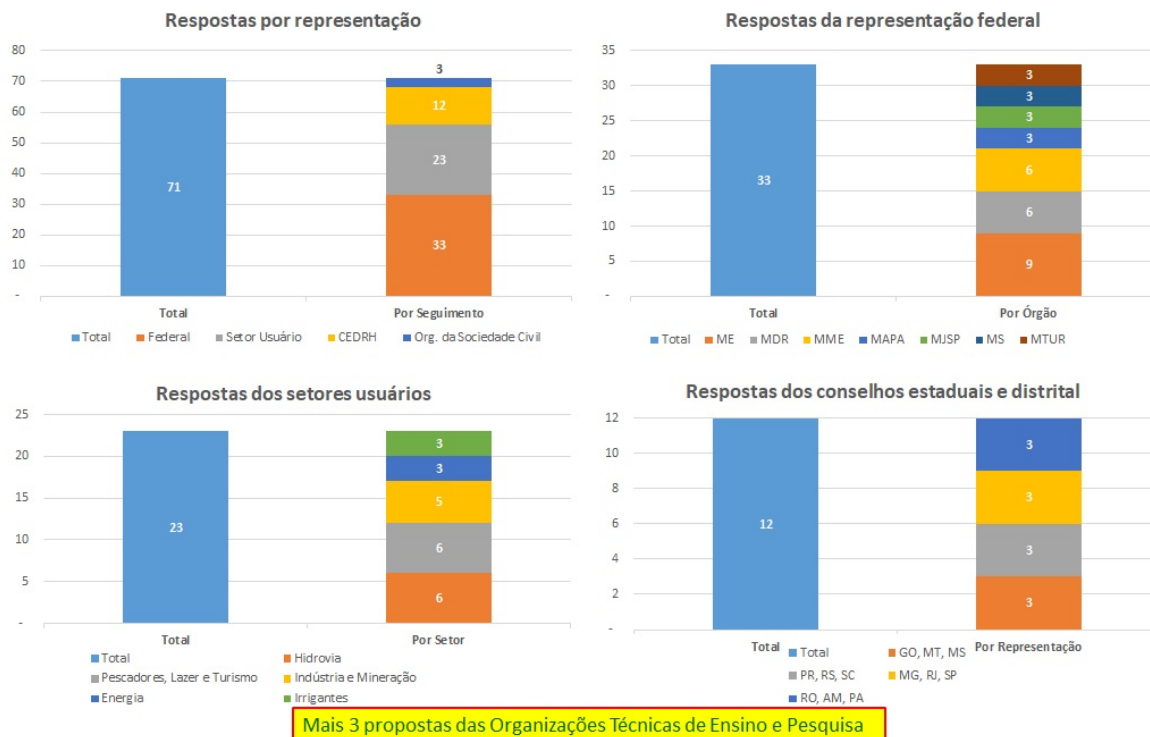
13. Ressalte-se que cabe prover o próprio Conselho e seus membros de oportunidades para conhecer e se capacitar no tema, inclusive para viabilizar eventuais normativos internos para aperfeiçoar seus processos.

### III. Melhoria do processo deliberativo

14. A Secretaria-Executiva do CNRH (processo 59000.007017/2021-73) promoveu consulta aos membros do Conselho com o intuito de identificar os temas estratégicos para o CNRH no biênio 2021-2022 na visão das instituições que representam. O texto de chamamento (3128272) à consulta indica alguns temas considerados como estratégicos pelo MDR.

15. A **Figura 1**, abaixo, apresenta uma visão gerencial das respostas obtidas. Cabe observar que 23 representantes no Conselho (12 titulares e 11 suplentes) responderam o questionário apresentando 71 propostas no total. O **Quadro 1** mostra uma classificação das propostas em temas e tópicos. Esse material foi apresentado ao Plenário do CNRH na sua 47ª reunião extraordinária, em 17.03.2021.

**Figura 1. Respostas dos Membros do Conselho**



**Quadro 1. Classificação em Temas e Tópicos das propostas dos Conselheiros no CNRH.**

	Totais	Lei de Segurança de Barragens		Novos reservatórios	Avaliação	Implantação	Infraestrutura	Pagamento por Serviços Ambientais	Água da chuva	Reuso	Cotas Mínimas	Creritos para uso e fiscalização	Diretrizes gerais	Integração setorial	PNRH	Perdas na Distribuição	Capacitação	CBH	CNRH	Instância de debate	Revitalização	Soluções Baseadas na Natureza	Sem tópico
Barragens	6	4	2																				
Cobrança	12				5	4	1	2															
Fontes não-convencionais	8								1	7													
Monitoramento	1																						
Operação de Reservatórios	4										4												
Outorga	9											2	6	1									
Planejamento	8													5	3								
Saneamento	7													3		1							
SINGREH	12													1			3	2	4	2			
Soluções Baseadas na Natureza	4																				3	1	
Totais	71	4	2	5	4	1	2	1	7		4	2	6	10	3	1	3	2	4	2	3	1	4

16. Como próximos passos será realizada uma nova rodada com os conselheiros, para apresentar o relatório final, considerando as contribuições recebidas na plenária da 47ª Reunião Extraordinária do CNRH. Na sequência será necessário endereçar encaminhamentos no âmbito das Câmaras Técnicas acerca das propostas.

17. Cabe ressaltar que se encontra em curso o processo de elaboração o novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (2022-2040). Dentre os produtos previsto está o Anexo Normativo, que contará com os conteúdos que deverão compor minutas de resoluções, portarias, decretos ou projetos de Lei, conforme consta do Documento Base do Processo Participativo do PNRH (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1>). Assim, o CNRH terá um conjunto de propostas que poderá ser desenvolvidas a partir de 2022, já validado pelo plenário.

#### **Caracterização da CGU para Planos de Ação**

18. O [Manual de Orientações Técnicas](#) da CGU não tem descrição do Plano de Ação esperado. No entanto, o documento [Elaboração de Relatórios de Auditoria: 4. Recomendações e planos de ação \[2020\]](#) trás o seguinte texto:

No “Manual de Orientações Técnicas”, está prevista também a possibilidade de se elaborarem planos de ação. É possível que você esteja se perguntando sobre a possibilidade de utilizar Plano de Ação nos relatórios de auditoria para induzir o aperfeiçoamento da gestão e até como funciona esse recurso. Então vamos lá!

O plano de ação constitui-se em um conjunto de medidas que cabem à Unidade Auditada adotar com a finalidade de tratar riscos significativos, solucionar problemas complexos identificados pela equipe de auditoria e abordar situações em que haja grande quantidade de ações a serem adotadas.

Normalmente é requerido pela equipe de auditoria, mas pode também ser proposto pela administração da unidade auditada.

**Os planos de ação devem conter as seguintes informações:**

1) **Objetivo geral que se pretende alcançar por meio das ações;**

- 2) Ações que serão realizadas;
- 3) Objetivo de cada uma das ações;
- 4) Cronograma para desenvolvimento das ações;
- 5) Responsável pela execução de cada ação.

Os planos de ação deverão ser elaborados pelo (a) gestor (a) e encaminhados à equipe de auditoria responsável no prazo acordado. A equipe então deverá avaliá-lo e, quando necessário, devolver aos (às) gestores (as) para a realização de ajustes.

Sua execução será gerida pelos respectivos responsáveis na Unidade Auditada e monitorada pela CGU. Pode passar por revisões solicitadas pela CGU ou pelo (a) próprio (a) gestor (a).

As ações propostas no plano devem atender os mesmos requisitos (aplicáveis) das recomendações, ou seja, devem ser: viáveis, práticas, monitoráveis, diretas, específicas, significativas, apresentar boa relação custo-benefício, ter um responsável pela sua implementação e, preferencialmente, atuar na causa raiz. Podem também ter foco na condição e/ou na consequência.

## 5. PLANO DE AÇÃO

19. O **Quadro 2**, abaixo, apresenta a proposta de Plano de Ação a ser seguido para **melhoria dos processos de elaboração das deliberações do Conselho, adotando boas práticas regulatórias, e de divulgação de informações por meio da transparência ativa**. Por conveniência, o mesmo Quadro encontra-se em versão *excel* no anexo 3135818.

Objetivo Geral					
Melhoria dos processos de elaboração das deliberações do Conselho, adotando boas práticas regulatórias, e de divulgação de informações por meio da transparência ativa					
#	Ação	Objetivo da Ação	Prazo	Unidade Responsável	Processos Associados
1.	Melhorar as práticas regulatórias do CNRH	Adotar práticas regulatórias aprimoradas no processo deliberativo do CNRH em alinhamento com o <a href="#">Decreto n. 10.411</a> , de 30 de junho de 2020	31/10/2021	DRHB/SNSH	
1.1.	Apresentação do Guia de AIR ao Plenário do CNRH	Dar conhecimento e sensibilizar os Conselheiros acerca dos impactos da regulação e das metodologias envolvidas na sua avaliação	29/06/2021	DRHB/SNSH	
1.2.	Apresentação do Guia de AIR aos representantes dos Conselheiros nas Câmaras Técnicas do CNRH	Dar conhecimento e sensibilizar os Representantes dos Conselheiros nas Câmaras Técnicas do CNRH acerca dos impactos da regulação e das metodologias envolvidas na sua avaliação	31/08/2021	DRHB/SNSH	
1.3.	Curso Aplicado em Análise de Impacto Regulatório (AIR)	Capacitar os Servidores do DRHB em AIR	31/10/2021	CGGP/SECEX	59000.000281/2021-86
2.	Proposição de temas estratégicos pelo CNRH	Ofertar ao CNRH cardápio de temas de interesse estratégico para o Estado e para os Membros do Conselho	02/12/2022	DRHB/SNSH	59000.007017/2021-73
3.	Promover consolidação das Deliberações do CNRH	Atender aos ditames do <a href="#">Decreto n. 10.139</a> , de 28 de novembro de 2019, que disciplina a revisão e a consolidação dos atos normativos, e facilitar a sua consulta e interpretação pelo público	11/08/2021	CGRH/DRHB/SNSH	59000.004561/2021-63
4.	Fortalecer a página do CNRH na internet	Dotar a página do CNRH na internet de informações atualizadas em tempo real, favorecendo a consulta da população	31/03/2022	CGRH/DRHB/SNSH	59000.008451/2020-90

## 6. CONCLUSÃO

20. A Secretaria-Executiva do CNRH tem atuado no sentido da **melhoria dos processos de elaboração das deliberações do Conselho, adotando boas práticas regulatórias, e de divulgação de informações por meio da transparência ativa**.

21. A efetiva melhoria se dará no longo prazo, haja vista ser necessário sensibilização permanente dos membros do CNRH, inclusive considerando a recorrente renovação das representações.

22. Nesse sentido, propõe-se Plano de Ação com duração de **20 meses** cobrindo os aspectos da Recomendação **848341**.

23. Pelo exposto, recomenda-se que **(i) se aprove a presente Nota Técnica e o Plano de Ação que consta do seu item 5 e do anexo (versão excel, 3135818); (ii) se dê ciência à CGU do Plano de Ação.**

**IRANI BRAGA RAMOS**  
Especialista em Infraestrutura Sênior  
Matrícula 1657060  
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

**ROSELI DOS SANTOS SOUZA**  
Coordenadora de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos  
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo.  
Ao Sr. Diretor, com recomendação de aprovação.

**FRANCISCO IGOR AIRES NUNES**  
Coordenador-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos  
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

Aprovo.

**WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR**  
Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas  
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Irani Braga Ramos, Especialista de Infraestrutura Sênior**, em 30/04/2021, às 17:36, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Igor Aires Nunes, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 30/04/2021, às 17:41, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 30/04/2021, às 18:44, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 06/05/2021, às 18:50, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3119401** e o código CRC **5C727894**.